

ENSINO DE SOCIOLOGIA ATRAVÉS DO USO DA ENTREVISTA: PROBLEMATIZAÇÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA REFORMA TRABALHISTA

Teaching Sociology through the use of interview: problematizations of precariousness of work in the context of Labor Reform

Patrícia Marília Félix da Silva¹

Resumo. Este trabalho é fruto de uma intervenção numa turma de Sociologia do Ensino Médio, que deu continuidade ao tema “Tecnologia, Trabalho e Mudanças Sociais” através da discussão da precarização, flexibilidade, terceirização e principais mudanças atuais na dinâmica do trabalho atreladas ao contexto neoliberal (ANDERSON, 1995; BRAGA, 2012; FILGUEIRAS, 2006; HARVEY, 1989), relacionadas às atuais mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tomando como exemplo férias, jornada laboral, tempo na empresa, remuneração, trabalho intermitente, gravidez e terceirização. Para estimular os/as alunos/as ao contato com o trabalho, solicitou-se que realizassem entrevistas com trabalhadores/as, a fim de que fosse investigado o impacto dessas mudanças na dinâmica de trabalho desses/as. Essa estratégia objetivou a compreensão da entrevista como técnica de pesquisa e produção de conhecimento, o que sequenciou no desenvolvimento da criticidade, com base na perspectiva de que, segundo Demo (1996), o ensino deve ser efetivado pelo estímulo à pesquisa, em que professor/a e discente entendam e pratiquem a pesquisa em seu cotidiano educacional. Os/as alunos/as relacionaram os resultados da entrevista com o conteúdo estudado, pela produção de escritos sobre os aprendizados, os quais foram colados numa cartolina e lidos na sala, com reflexões após a leitura de cada um. Essa intervenção, ao permitir o contato dos/as alunos/as com trabalhadores/as através da entrevista, bem como a discussão dos resultados, possibilitou que esses/as atribussem maior significado à Sociologia em seus estudos.

Palavras-chave: Trabalho, CLT, Precarização, Entrevista, Sociologia.

Abstract. *This work is the result of an intervention in a high school Sociology class, which continued the theme “Technology, Work and Social Changes” through the discussion of precariousness, flexibility, outsourcing and main current changes in the dynamics of work linked to the neoliberal context (ANDERSON, 1995; BRAGA, 2012; FILGUEIRAS, 2006; HARVEY, 1989), related to the current changes in the Consolidation of Labor Laws (CLT), taking as an example holidays, work hours, time in the company, remuneration, intermittent work, pregnancy and outsourcing. In order to encourage the students to contact with work, they were requested to conduct interviews with workers to investigate the impact of these changes on their work dynamics. This strategy aimed at understanding the interview as a research and knowledge production technique, which sequenced in the development of criticality, based on the perspective that, according to Demo (1996), teaching should be carried out by stimulating research, in which teacher and students understand and practices research in their educational routine. The students related the results of the interview to the content studied, through the production of writings about the learning, which were pasted on a larger paper and read in the classroom, with reflections after reading each one. This intervention, by allowing students to contact workers through the interview, as well as the discussion of results, made it possible for these students to attribute greater meaning to Sociology in their studies.*

Key-words: Work, Consolidation of Labor Laws, Precariousness, Interview, Sociology.

¹ Graduada em Psicologia e em Ciências Sociais (Licenciatura), mestrado e doutorado em Sociologia. Pós-doutoranda em Sociologia (PPGS-UFPE/FACEPE). Integrante do Grupo de Estudos Interdisciplinar Pobreza, Trabalho e Lutas Sociais (POPULUS) - NEEPD/UFPE. E-mail: patriciamfelix@gmail.com

1. Introdução

A atividade de docência é imprescindível para o/a profissional em formação, pois é por meio desta que os aprendizados desenvolvidos na graduação serão mais bem sedimentados, tanto os conteúdos que os/as alunos/as das escolas obrigatoriamente devem aprender, quanto a concepção geral de escola e do que é ensino-aprendizagem.

Este artigo é fruto da análise de uma intervenção ocorrida no processo de *ensinagem* na sala de aula (ANASTASIOU, 2004), cuja viabilidade demanda que os/as alunos/as estejam motivados/as, tenham interesse nos conteúdos trabalhados em sala de aula, visto que o afeto e a aprendizagem estão interligados, evidenciando que, segundo Paro (2010), a construção de conhecimento não envolve apenas aspectos técnicos.

Enquanto estagiária da disciplina Estágio Curricular em Ciências Sociais - 4, fui responsável por desenvolver e aplicar uma intervenção, a qual foi realizada no contexto de uma turma de Sociologia do 2º ano do Ensino Médio, numa escola pública de Recife, no primeiro semestre de 2019. O projeto interventivo, realizado em dois momentos, contribuiu à condução das aulas que já vinham sendo ministradas pela professora efetiva no âmbito da temática “Tecnologia, Trabalho e Mudanças Sociais”².

A partir desse enquadre, o projeto atuou nas temáticas da precarização, da flexibilidade, da terceirização e das principais mudanças na dinâmica do trabalho na atualidade, aspectos relacionados ao contexto neoliberal (ANDERSON, 1995; BRAGA, 2012; FILGUEIRAS, 2006; HARVEY, 1989). Para estimular os/as alunos/as a entrarem em contato com o do mundo do trabalho, foi solicitado que realizassem entrevistas com trabalhadores/as, para que fosse investigado o impacto das mudanças na CLT (BRASIL, 2017) na vida e dinâmica de trabalho desses/as. Os aspectos desse dispositivo jurídico enfocados foram os seguintes: Férias, Jornada, Intervalo Intra jornada, Tempo na Empresa, Remuneração, Trabalho Intermitente, Gravidez, Terceirização.

Essa estratégia objetivou a compreensão da entrevista enquanto uma técnica de pesquisa e produção de conhecimento, do que sequenciou no desenvolvimento da criticidade, com base na perspectiva de que, segundo Demo (1996), o ensino deve ser efetivado através do estímulo à pesquisa, num processo em que professor/a e discente entendam e pratiquem a pesquisa em seu cotidiano educacional.

2. Criatividade do processo de “ensinagem”

O uso do conceito “ensinagem” já indica um passo inicial na busca pela criatividade do ensino em Sociologia, pois, através deste, não se objetiva apenas

² Em cada bimestre a professora baseava suas aulas num capítulo do livro que ela escolhera para utilizar em suas aulas. O ano letivo da escola era composto por quatro bimestres. O livro escolhido é o de Araújo, Bridi e Motim (2016).

transmitir conteúdos, como se o/a professor/a estivesse numa vídeo-aula ou mesmo numa conferência de grandes congressos em que a interação com o público é baixa. Ao contrário, através da “ensinagem”, de acordo com Anastasiou (2004), busca-se fomentar uma dinâmica em que o processo de ensino ocorra ao mesmo tempo em que o da aprendizagem, partindo do pressuposto de que os dois não são isolados nem agem em esferas dicotômicas.

Nesse caso, é papel do/a professor/a inovar de modo constante seus planos de ensino e de aula, sem necessariamente agregar novas tecnologias. A questão é fazer com que o processo de aprendizagem ocorra, sem haver a pseudoenganação de que o/a professor/a ensina e o/a aluno/a aprende, quando, no máximo, este/a decora os conteúdos e alcança boas pontuações nas avaliações. O uso do termo “pseudo” justifica-se porque na maioria das vezes não se trata de enganação, visto que o/a professor/a sabe que não ensinou e o/a aluno/a também sabe que não aprendeu.

Com o objetivo de aprender a romper com este ciclo, faz-se necessário criar e recriar táticas de ensino que envolvam, de fato, os/as alunos/as. Por conseguinte, a intervenção aqui analisada utilizou a entrevista enquanto forma de ensino e de aprendizagem, mais precisamente, de “ensinagem”.

3. Uso da entrevista no ensino de Sociologia

A educação realizada com foco na pesquisa concebe o/a professor/a não como transmissor/a de conteúdos, que muitas vezes nem ele/a mesmo/a sabe como estes foram originados. Mas, ao contrário, o/a professor/a atua como um/a pesquisador/a que investiga os assuntos frequentemente. O/a aluno/a, por sua vez, é tido/a como parceiro/a do/a professor/a nesse processo, de modo que juntos/as atuarão na construção e compreensão dos conhecimentos. Essa é a forma de educação que Demo (2001) defende para todos os níveis de ensino, incluindo o Ensino Médio, foco deste artigo.

Segundo o autor, a pesquisa deve ser encarada enquanto uma atitude cotidiana, tanto do/a professor/a quanto do/a aluno/a, pois ela tem forte potencial para capacitar os indivíduos para serem críticos e criativos, diferentemente da postura de inclinar-se ao aprendizado apenas se estiver numa sala de aula (DEMO, 2011).

Nessa perspectiva, a escola é um ambiente potencialmente promotor da criatividade e do constante questionamento crítico sem repressões nem estímulo a apenas copiar conteúdos, para que haja uma formação humana focada no desenvolvimento de múltiplas competências. Desse modo, o/a aluno/a precisa ser estimulado/a constantemente a ter iniciativa para formular questões e, também, buscar resolvê-las por conta própria (DEMO, 2011).

Esse processo propicia que o/a aluno/a desenvolva suas próprias interpretações e estratégias para lidar com os desafios da compreensão do mundo, por meio de erros e acertos, bem como do entendimento de por que acertou e/ou errou. Ou seja, trata-se de uma prática de aprender a aprender. Embora a aprendizagem ocorra em outros espaços através de diferentes maneiras desde o

momento do nascimento, a escola consiste em um espaço de destaque para que a pesquisa flua enquanto método de conhecimento (DEMO, 2011).

Nesse sentido, a intervenção aqui analisada focou numa técnica de pesquisa para que os/as alunos/as, ao se aproximarem dela e porem-na em prática, pudessem aprender uma forma bastante utilizada no meio acadêmico para realizar pesquisa e construir conhecimento, isto é, a entrevista. A entrevista consiste em uma técnica de pesquisa que objetiva a construção de conhecimento a partir da fala e dos posicionamentos simbólicos de um ou mais indivíduos. Ao permitir que o indivíduo discorra sobre seu próprio ponto de vista, elas permitem apreender crenças, dúvidas, consensos, rupturas, incongruências, mediante diferentes expressões da subjetividade, as quais, de acordo com a perspectiva configuracionista de De la Garza Toledo (2018), pode se expressar em aspectos emocionais, estéticos, morais, cognitivos, de senso comum etc.

Segundo Fontana e Frey (2003), é necessário que o/a entrevistador/a, durante toda a entrevista, mantenha uma atitude empática em relação a quem está sendo entrevistado/a. Também, para evitar divergência de entendimentos, é fundamental conhecer a cultura e a linguagem deste/a, mantendo uma postura de aprendiz.

Durante a análise dos dados, deve-se levar em consideração que não existe uma verdade dos fatos, pois estes são negociados, envolvidos em relações de poder. Portanto, embora a ciência seja uma produtora de verdades, produz verdades parciais, contextuais. Segundo Haraway (1995, p. 36), os saberes produzidos são todos localizados, pois “requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso”.

Não se trata de fazer um mapeamento simples da realidade, mas problematizá-la, considerando que os indivíduos também são construtores do conhecimento. Nesse sentido, de acordo com De la Garza Toledo (2018), o fazer científico não deve buscar uma objetividade tal como argumentam pesquisadores/as defensores/as do método hipotético-dedutivo. Ao contrário, os sujeitos interferem significativamente na construção científica. Por outro lado, essa abordagem não considera que a ciência seja baseada apenas na subjetividade, pois fatores estruturais (econômicos, políticos, culturais etc) também interferem, assim como as ações coletivas ou individuais.

Desse modo, mesmo após uma análise cuidadosa e baseada em princípios éticos, é possível que os resultados da pesquisa sejam criticados pelos/as mais diversos/as atores/atrizes, tanto do universo acadêmico, quanto da sociedade em geral, incluindo os/as entrevistados/as, podendo estes/as não se reconhecerem nos dados apresentados.

Com o intuito de fomentar o estímulo ao aprendizado através da pesquisa, a intervenção buscou dialogar com o cotidiano dos/as estudantes focando em uma realidade concreta destes/as.

Desse modo, estes/as foram estimulados/as a utilizarem a entrevista para compreender o conteúdo atinente ao **mundo do trabalho**, o qual, conforme supramencionado, estava no plano de ensino da professora da escola onde o estágio foi realizado. Especificamente, a intervenção focou nas articulações entre

as principais mudanças no mundo do trabalho ocorridas pela reforma trabalhista e o processo de precarização nas relações laborais.

4. Dinâmica do trabalho atual

O trabalho consiste numa das esferas que mais influencia o processo de constituição de subjetividades, pois é por meio dele que o indivíduo consegue transformar a natureza e as demais esferas ao seu redor para poder satisfazer suas necessidades, tanto de si propriamente, quanto de seus/suas dependentes. Segundo Marx, o trabalho é a dimensão *sui generis* na ontologia do ser humano, visto que é por meio dele que este se diferencia de outros animais. Em seu livro *O Capital*, ele afirma que

uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (MARX, 2011, pp. 211-212).

Este, portanto, consiste no trabalho criativo, em que o sujeito pode usar de sua liberdade para criar e desenvolver-se enquanto agente criador. Ou seja, é o trabalho concreto, a partir do qual é possível gerar produtos com valor de uso. No entanto, no sistema capitalista, os indivíduos se encontram cada vez mais em situações em que são forçados a trabalhar não apenas para criar produtos com valor de uso, mas também, e principalmente, com valor de troca. Os indivíduos vendem sua força de trabalho para que outra pessoa se beneficie dela e da mais-valia que gera.

Nesse caso, tem-se o trabalho abstrato, em que o sujeito encontra-se numa dinâmica alienante e propiciadora do estranhamento do trabalho, sendo este último vivenciado por meio de diferentes maneiras. O trabalho é estranho ao/à trabalhador/a porque este/a não tem domínio sobre o processo de sua produção. O próprio indivíduo passa a não se reconhecer, estranhando-se a si mesmo. Esse estranhamento também se refere ao gênero humano de modo geral (MARX, 2009). Ou seja, trata-se de uma circunstância de precariedade do trabalho *per se*. Essa precariedade, portanto, tem se agravado ao longo do tempo, de acordo com as peculiaridades de cada local e dos diferentes tipos de trabalho, num processo de precarização (ALVES, 2007).

O neoliberalismo, enquanto ideologia, e o projeto neoliberal, em se tratando da aplicação de pressupostos neoliberais em um contexto específico, têm intensificado veementemente a precarização do trabalho e prejudicado os/as trabalhadores/as em diferentes partes do mundo (FILGUEIRAS, 2006). Esse posicionamento está atrelado às dinâmicas de flexibilidade existentes na esfera do trabalho, as quais têm alterado as jornadas de trabalho, os vínculos laborais, o rendimento e as demais facetas pertinentes ao universo laboral (HARVEY, 1989).

Todo esse contexto impacta diretamente nas legislações do trabalho, não sendo diferente com nossa CLT.

5. Legislação trabalhista no Brasil

A legislação do trabalho no Brasil é fruto de muitas tensões e conflitos até culminar no que hoje conhecemos como a CLT, institucionalizada em 1943, no governo de Getúlio Vargas. Até hoje este ato divide opiniões acadêmicas e políticas sobre quais foram os principais motivos que o ocasionaram. Carvalho (2008), ao problematizar a história da cidadania no Brasil, compara esta com a que fora desenvolvida na história da Inglaterra, teorizada por Marshall (1967).

Segundo este último, a cidadania, em modelo ideal, é formada pelo conjunto dos direitos civis, políticos e sociais. Os civis consistem no direito de liberdade para assinar contratos, ir e vir etc. Os políticos se referem ao direito de poder votar, ser votado, organizar manifestações políticas, etc. Os sociais, por sua vez, se referem ao direito de participar do compartilhamento das riquezas produzidas em uma dada sociedade e acessar serviços como saúde, educação, moradia, trabalho etc (MARSHALL, 1967).

No modelo de Marshall (1967), há uma ordem de conquistas de direitos ao longo de séculos. Nesta ordem, lógica e hierárquica, direitos civis são adquiridos primeiro para que todos os indivíduos sejam considerados iguais. Depois, os políticos, de forma que, ao serem considerados iguais, possam participar igualmente das decisões políticas. Por fim, os sociais, uma vez que, sendo iguais e podendo participar da política, seja possível desfrutar de todos os benefícios sociais.

Carvalho (2008), ao analisar a cidadania no Brasil, *vis-à-vis* o desenvolvimento da cidadania identificado por Marshall, concluiu que no Brasil o processo foi diferente, com prejuízos até a atualidade. No caso dos direitos trabalhistas, por exemplo, a CLT foi promulgada num período de ditadura, Estado Novo, em que as pessoas não vivenciavam a democracia. É justamente por isso que muitos/as autores/as defendem que CLT foi uma outorga do Estado.

Gomes (2005) é uma das autoras que vai nesta direção argumentando que, tão logo a CLT tenha sido instituída no Estado Novo, fez-se necessário uma intensa divulgação desse novo marco regulatório. Assim, o Ministério do Trabalho empenhou-se em desenvolver estratégias inovadoras na comunicação com o povo, ao fazer uso da rádio diariamente para falar, dentre outros tópicos da política, da nova legislação trabalhista, num apelo para que as pessoas passassem a aceitar a ideia de que trabalhar era contribuir para o desenvolvimento coletivo e, nesse caso, a CLT fora criada para servir como uma forma de proteger e beneficiar esse/a trabalhador/a, pois direitos sociais como previdência, por exemplo, só eram garantidos a trabalhadores/as cujo vínculo laboral estivesse sob esta legislação.

Devido ao fato de a legislação social “não ter sido conquistada ao longo de uma epopéia de lutas, e sim outorgada pela sabedoria do Estado, essa legislação exigia divulgação e esclarecimentos” (GOMES, 2005, pp.212-213) Por isso, “a intenção era difundir a legislação social como de fato ela era: uma obra-prima de

clareza governamental, que necessitava apenas ser depurada de sua dimensão mais formal” (GOMES, 2005, p.213).

Em outra perspectiva, Gohn aponta que a CLT é fruto de intensas lutas travadas pelos movimentos de trabalhadores/as.

Foram as lutas dos trabalhadores, pertencentes às camadas populares ou médias da população, que conquistaram as leis surgidas. Foram lutas de várias décadas, originárias de movimentos das inúmeras organizações, de diferentes matizes ideológicas, incluindo até as marchas e as quarteladas dos militares, que levaram às transformações do Estado brasileiro e à construção de um novo arcabouço jurídico institucional, que objetivava dar conta das transformações que estavam se operando no âmbito das estruturas de produção (GOHN, 1994, p. 200-201).

A partir do exemplo da CLT, e outros mais que aborda em seu livro, Carvalho (2008) afirma que os direitos sociais no Brasil começaram a ser defendidos e usufruídos antes mesmo dos civis e dos políticos. Usufruídos em parte, vale salientar, pois, por muitos anos direitos como saúde, por exemplo, não eram de caráter universal, mas apenas a quem possuía carteira de trabalho assinada, na esteira do que Santos (1987) define como “cidadania regulada”.

Assim, estudar, ensinar e pesquisar sobre a CLT é um exercício de se voltar à história da constituição dos direitos no Brasil, em seu contexto de perene conflito, numa luta de classes constante, tanto entre as classes burguesas quanto entre essas e as populares. As atuais mudanças nessas leis reflete justamente os conflitos atuais de inserção cada vez mais forte do neoliberalismo e de sua exigência para flexibilizar ainda mais as relações trabalhistas.

Por isso, compreender as mudanças na CLT, cuja pressão para ser efetivada já vinha se arrastando por décadas e intensificada na década de 1990 com o neoliberalismo (DRUCK, DUTRA & SILVA, 2019), é entender o universo laboral, em suma, a articulação entre “Tecnologia, Trabalho e Mudanças Sociais”, retomando o título do capítulo do livro didático da turma em que a intervenção foi realizada.

6. Perspectiva metodológica

O método utilizado nesta intervenção se baseou no trabalho grupal entre os/as estudantes, considerando que a perspectiva que enfoca a pesquisa em sala de aula está atrelada ao estímulo pelo trabalho em equipe, a fim de que os indivíduos tenham condições de desenvolver habilidades para lidar com o diferente e que, juntos, possam aprender e expressar tal aprendizado em resultados (DEMO, 2011).

De acordo com o Vygotsky (1991), o desenvolvimento humano depende da interação com os pares, através da qual é possível o aprendizado mediante o estímulo da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Para este autor, a interação facilita tanto a aprendizagem quanto o desenvolvimento, através do estímulo da

ZDP, a qual se refere à distância entre o desenvolvimento atual, que considera as atividades que o indivíduo consegue realizar com autonomia, e as possibilidades de desenvolvimento e novos aprendizados, facilitados pela interação com o/a outro/a. “A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário” (VYGOTSKY, 1991, p. 62).

Portanto, o trabalho grupal foi estimulado tanto no processo de realização das entrevistas quanto na discussão dos resultados destas em sala de aula. Assim, quanto mais a ZDP é estimulada, mais o indivíduo se depara com possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento. Nesse sentido, o trabalho em grupo, através da interação social entre colegas que compartilham o momento de aprendizagem de um mesmo conteúdo, consiste numa técnica que tende a favorecer o dinamismo e o estímulo da aprendizagem, assim como do desenvolvimento.

Por mais que os/as alunos/as de uma turma sejam submetidos/as a um mesmo conteúdo escolar, cada qual receberá o conhecimento de modo diferenciado, em razão de sua história de vida peculiar. Quando se juntam para refletirem sobre um problema proposto pela escola, é uma oportunidade para o compartilhamento de aprendizados, descentralizando a função do ensino da figura do/a professor/a. Desse modo, cada aluno/a pode, a partir de seus desenvolvimentos reais, isto é, suas capacidades de compreensão de mundo já consolidadas, aprimorarem seu desenvolvimento proximal.

Os recursos utilizados foram quadro branco, pincel e livro didático, disponibilizados pela escola, e, de custeio próprio, cartolinas e folhas de ofício.

7. Resultados e discussão da intervenção

A intervenção foi realizada em duas aulas, cada uma com o tempo de 50 minutos. Na **primeira**, foi apresentada a proposta da intervenção, tanto no que se refere à modalidade de aprendizagem através da pesquisa quanto o conteúdo que seria trabalhado por meio deste método.

Assim, a aula foi iniciada com o debate sobre a perspectiva de a entrevista ser uma técnica que possibilita a construção de conhecimentos. Para facilitar o processo de ensino, foi entregue um material básico sobre a definição de entrevista e suas principais modalidades, o qual se encontra na figura a seguir.

Entrevista: Instrumento para coleta de dados da realidade com o objetivo de compreendê-la e, dessa forma, contribuir à construção do conhecimento.

As entrevistas podem ser:

- Estruturadas → Baseadas num roteiro estabelecido anteriormente, e há um cuidado em não se afastar do mesmo.
- Semiestruturadas → Embora haja um roteiro para se basear, é possível fazer perguntas diferentes e intervenções não planejadas.
- Não estruturadas/Abertas → Não há roteiro prévio, e a condução é livre.

Aspectos a serem considerados na realização da entrevista:

- Atitude empática em relação ao/à entrevistado/a
- Conhecer a linguagem e a cultura do/a entrevistado/a, para evitar mal-entendidos.
- Postura de aprendiz

Figura 1 - Material sobre o conceito de entrevista entregue aos/as estudantes

Discutiu-se que a entrevista consiste num instrumento para coleta de dados da realidade com o objetivo de compreendê-la e, dessa forma, contribuir à construção do conhecimento. Enquanto tipos de entrevistas, elas podem ser configuradas, basicamente, de três maneiras: estruturadas, que são baseadas num roteiro estabelecido anteriormente, em cuja condução há um cuidado para que o/a entrevistador/a não se afaste deste; semiestruturadas, nas quais, embora haja um roteiro como base, é possível a realização de perguntas diferentes e intervenções não planejadas; não estruturadas, também denominadas abertas, nas quais não há roteiro prévio e sua condução é livre.

Assim, foi proposta à turma uma atividade relacionada à temática discutida, a qual consistiu em entrevistar um/a trabalhador/a, a partir de um roteiro elaborado previamente por mim. Como a entrevista foi semiestruturada, o roteiro poderia ser alterado, no tocante à inclusão de novas perguntas e/ou supressão de outras.

O roteiro foi o seguinte:

- 1 – Qual o seu trabalho?
- 2 – Onde você trabalha?
- 3 – Você tem carteira assinada?
- 4 – Você trabalha quantas horas por dia?
- 5 – Você sabe quais as mudanças atuais na CLT? Se sim, quais?
- 6 – Você percebe alguma mudança em sua forma de trabalhar? Se sim, qual?
- 7 – Você já foi beneficiado/a por alguma dessas mudanças? Se sim, como?
- 8 – Você já foi prejudicado/a por algumas dessas mudanças? Se sim, como?
- 9 – Você acha que seu trabalho é precarizado? Por quê?

Nesse sentido, foi explicado que a entrevista serve como produção de conhecimento, através de uma maneira específica de acessar a realidade e que, portanto, consiste em um método que pode ser articulado com conteúdos do livro didático e da aula no geral. Foi enfatizado que a condução da entrevista deve ser com base na postura de aprendiz, isto é, de alguém que quer compreender uma dada realidade que lhe parece nova.

Após esse momento, teve início o debate a respeito dos processos de precarização e da flexibilidade. O método consistiu em, inicialmente, interrogar a turma sobre o que entendiam sobre esses termos, de modo que os elementos elucidados foram os seguintes: “trabalho precário”, “sem condições” e “trampar”. Em seguida, o método consistiu em apresentar categorias para que os/as estudantes aprendessem a perspectiva sociológica da precariedade, as quais foram: jornada de trabalho, atividade laboral em si, salário, contrato, informalidade, aposentadoria e outros benefícios da previdência.

No caso da jornada, um discente comparou a diária de um/a trabalhador/a com sua vivência na escola: “eu moro na escola e visito minha casa”. Esse posicionamento expressa que a escola, para ele, ainda não era um local de criatividade em que a pesquisa consistisse na ferramenta *sui generis* para construção de conhecimento, conforme propõe Demo (2011). Este posicionamento, através do traquejo no uso das categorias aprendidas, denota que o aprendizado dos conteúdos não ficou restrito ao universo contextual estudado.

Salienta-se que, além de o tempo da aula ser reduzido, apenas 50 minutos, muitos/as alunos/as chegaram atrasados/as, sob a justificativa de que a aula era no primeiro horário do turno da manhã. Este fato, portanto, prejudicou o planejamento para este momento, o que foi possível recompensar na aula seguinte.

2º Momento da intervenção

No segundo dia, a aula iniciou retomando os conceitos de precarização e de flexibilidade, com acréscimo da terceirização. Esse debate foi articulado à legislação trabalhista e, portanto às atuais mudanças na CLT. As mudanças trabalhadas em aula foram referentes aos seguintes pontos: férias, jornada de trabalho, tempo na empresa, intervalo intrajornada, remuneração, trabalho intermitente, gravidez, terceirização. A figura a seguir consiste num quadro em que há comparação da realidade de antes e após as mudanças, no tocante a esses pontos. Este quadro foi apresentado e discutido em aula.

FÉRIAS	
Podiam ser divididas em até dois períodos, com a condição de que um deles não fosse inferior a 10 dias.	Podem ser divididas em até três períodos, com a condição de que um deles seja maior do que 14 dias e nenhum seja menor do que cinco. As férias não podem iniciar dois dias antes de feriado ou dia de descanso.
JORNADA	
8h diárias – 44h semanais e 220h mensais. Pode haver até duas horas extras por dia.	Permite-se jornada de 12h com descanso de 36h – 44h semanais e 220 h mensais
TEMPO NA EMPRESA	
Considera-se tempo efetivo de trabalho o período em que o/empregado/a está à disposição do/a empregador/a, desempenhando atividades laborais ou aguardando ordens.	Nesse tempo não são contabilizadas atividades como descanso, alimentação, interação entre pares, higiene pessoal, troca de uniforme, etc.
INTERVALO INTRAJORNADA	
Na jornada de 8h diárias, o/a trabalhador/a tem direito a um intervalo que varia de uma a duas horas, para que possa descansar e se alimentar.	Esse intervalo é negociado, contanto que tenha no mínimo 30 minutos. Se houver descumprimento nesta regra, o/a trabalhador/a será indenizado em 50% do valor de sua hora laboral. Mas apenas em relação ao tempo não concedido, ao invés de todo o tempo devido.
REMUNERAÇÃO	
O rendimento por produtividade não pode ser menor do que o salário mínimo ou o piso da categoria. Remunerações extras como gorjetas, prêmios, gratificações, fazem parte do salário.	Não é obrigatório o pagamento do salário mínimo ou do piso da categoria no trabalho por produção. É possível haver negociações entre todos os modos de remuneração, os quais podem não compor o salário.
TRABALHO INTERMITENTE	
Não havia regulamentação para essa modalidade	É possível que o/a trabalhador/a receba apenas pelas horas e diárias trabalhadas, mesmo que o valor seja menor que o salário mínimo. Férias, FGTS, previdência e 13º salário são proporcionais a esse valor. A convocação para o trabalho deve ser realizada com, no mínimo, três dias corridos de antecedência.
GRAVIDEZ	
Mulheres grávidas ou lactantes são proibidas de trabalhar em lugares insalubres. Não existe limite para comunicar à empresa sobre a gravidez.	Mulheres grávidas podem trabalhar em condições insalubres, contanto que a empresa apresente atestado médico constando que não há risco para o/a bebê. Mulheres que são demitidas têm o prazo de até 30 dias para informar à empresa sobre a gravidez.
TERCEIRIZAÇÃO	
As empresas só poderiam terceirizar as atividades meio, pois era proibida a terceirização de atividades fim.	As empresas têm a permissão para terceirizarem tanto atividades meio quanto atividades fim.

Fonte: BENTO JR (2017) e JUSBRASIL (2017).

Figura 2 – Principais mudanças na CLT

Posteriormente, os/as alunos/as foram estimulados/as a relacionar os resultados da entrevista realizada com o conteúdo trabalhado em sala de aula, através da escrita dos aprendizados solidificados. Para essa finalidade, foram distribuídas tiras de papel coloridas, para que eles/as pudessem escrever, individual ou coletivamente, o que aprenderam da articulação das entrevistas com as duas aulas e o conteúdo do livro. Foi garantido que a autoria das frases não seria revelada em sala, para que eles/as se sentissem à vontade para expressar seus aprendizados.

Esses escritos foram colados numa cartolina, conforme figura abaixo, e lidos por mim para o grande grupo, num processo em que, após a leitura de cada um, estimulava-se a reflexão sobre a pertinência do conteúdo escrito com o trabalho em aula.

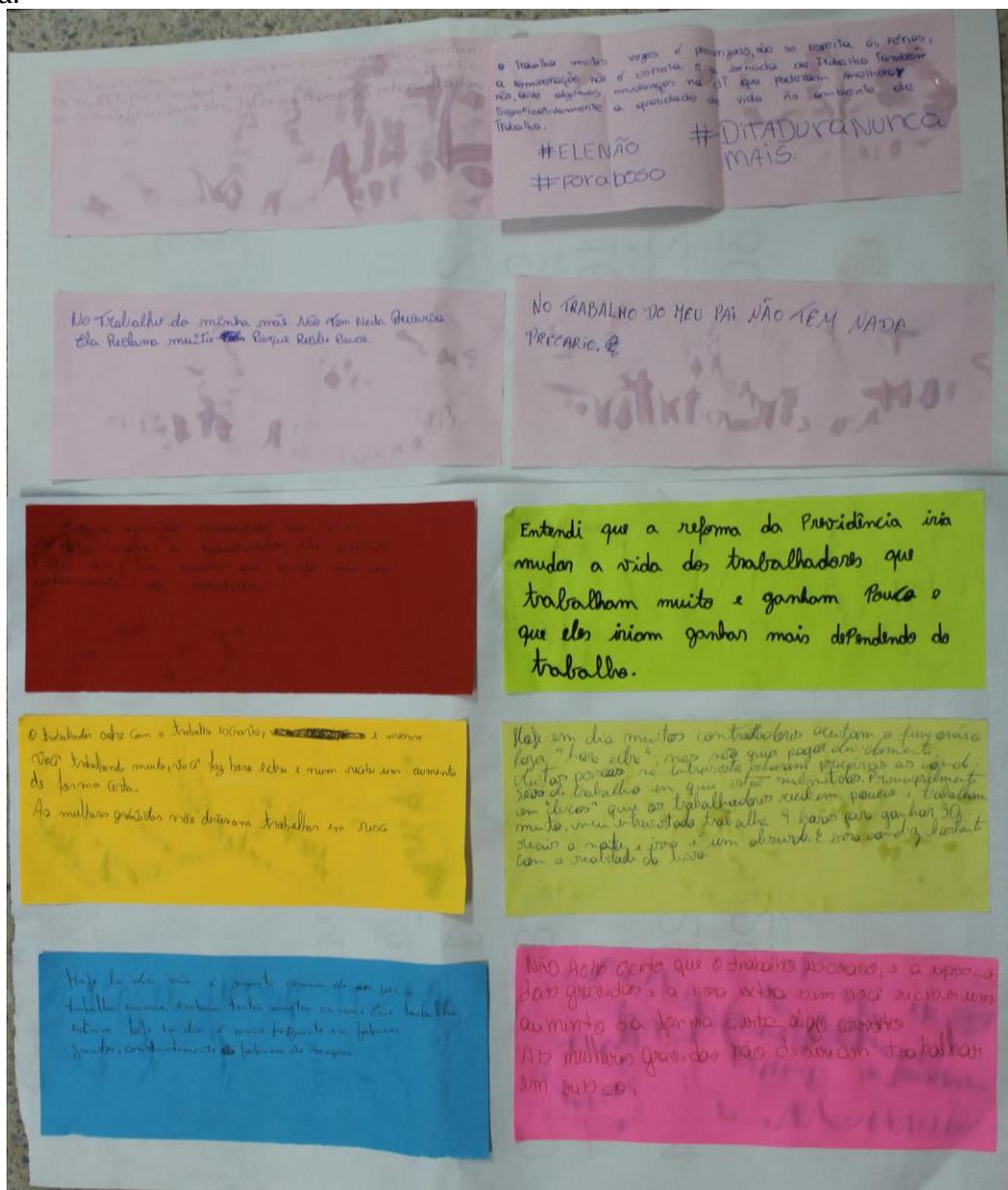


Figura 3 – Frases escritas pelos/as alunos/as

Durante o processo analítico, a cada posicionamento³, de caráter individual ou coletivo, foi atribuído um número, entre parênteses, que vai de 1 a 10⁴.

No geral, os/as alunos/as demonstraram êxito em articular o método da entrevista, com a discussão em sala de aula e o conteúdo do livro didático, fato constatado nos escritos e nas explicações proferidas oralmente. O tema da precariedade se apresentou em variadas facetas, tendo como base o pressuposto de que as mudanças propostas acarretariam prejuízos aos/às trabalhadores. *“O trabalho muitas vezes é precarizado, não se respeita as férias, a remuneração não é correta e a jornada de trabalho também não.”* (2). A discussão da precarização está vinculada à análise de que os/as trabalhadores/as perderam direitos paulatinamente, considerando que em algum momento estes foram conquistados, num raciocínio muito próximo à ideia de esfacelamento do Estado de Bem-Estar Social (CASTEL, 1998).

No entanto, é necessário salientar que, em países como o Brasil, a precariedade no mundo do trabalho tem sido uma constante, num contexto em que proliferam vínculos frágeis e reduzida segurança laboral, a exemplo da informalidade, em consonância com a realidade da América Latina, onde, segundo De la Garza Toledo (2005), a maioria dos/as trabalhadores/as é submetida a uma grande exploração laboral em uma dinâmica de significativa pobreza.

³ As frases foram transcritas exatamente como os/as alunos/as as escreveram em sala de aula, mantendo-se o conteúdo e os erros de português. Alguns erros são corrigidos entre colchetes.

⁴ 1. “Muitas pessoas ainda não sabem e compreende a mudança da CLT, não entendem as mudanças e se seriam benéficas ou malélicas para eles, tal como a pessoa entrevistadas”

2. “O trabalho muitas vezes é precarizado, não se respeita as férias, a remuneração não é correta e a jornada de trabalho também não, ouve algumas mudanças na CLT que poderiam melhorar significativamente a qualidade de vida no ambiente de trabalho.”

Elenão # DitaduraNuncaMais

ForaBoso

3. “No trabalho da minha mãe não tem nada precario. Ela reclama muito porque recebe pouco”

4. “No trabalho do meu pai não tem nada precario”

5. “Entendi que as mudanças nas CLTs irá afetar muito os trabalhadores. Na entrevista percebi que têm pessoas que ainda não tem conhecimento das mudanças”

6. “Entendi que a reforma da previdência iria mudar a vida dos trabalhadores que trabalham muito e ganham pouco e que eles iriam ganhar mais dependendo do trabalho.”

7. “O trabalhador sofre com o trabalho escravo, e mesmo você trabalhando muito, você faz hora extra e num recebe um aumento de forma certa. As mulheres grávidas não deveriam trabalhar em risco.”

8. “Hoje em dia muitos contratadores aceitam o funcionário fazer “hora extra”, mas não quer pagar devidamente. Muitas pessoas na entrevista acharam precárias as condições de trabalho em que estão submetidas. Principalmente em “bicos” que os trabalhadores recebem pouco e trabalham muito, meu entrevistado trabalha 9 horas para ganhar 30 reais a noite e isso é um absurdo. E isso condiz bastante com a realidade do livro.”

9. “Hoje em dia não é muito comum de se ver o trabalho escravo. Embora tenha muitas casas. Esse trabalho escravo hoje em dia é mais frequente em fábricas grandes, constantemente fábricas de roupas”.

10. “Não acho certo que o trabalho escravo, e a exposição das grávidas e a hora extra sem você receber um aumento da forma certa algo correto. As mulheres grávidas não deveriam trabalhar em risco.”

Com o avanço e a intensificação do neoliberalismo, esta exploração tem sido defendida sob o discurso falacioso de que inovações flexíveis são necessárias porque trazem benefícios ao mundo do trabalho, quando, ao contrário, trata-se de um processo de crescente fragilização das proteções sociais, em favor das regras do mercado (DRUCK, DUTRA e SILVA, 2019). Assim, o pouco que se tinha, em termos de garantias de dignidade no trabalho, foi fortemente prejudicado com a reforma na CLT. São reformas, portanto, que contribuem para o empobrecimento da classe trabalhadora, deixando-a cada vez mais à própria sorte.

Além das férias, da remuneração e da jornada de trabalho, os/as alunos/as elucidaram outros aspectos no âmbito da precarização, como o caso das mulheres grávidas. *“As mulheres grávidas não deveriam trabalhar em risco.”* (7). *“Não acho certo (...) a exposição das grávidas”* (10). Também foi mencionado o fato de os/as trabalhadores/as trabalharem além de seu horário estabelecido e, no entanto, não serem pagos pela realização deste trabalho excedente. *“Você faz hora extra e num recebe um aumento de forma certa.”* (7) *“Hoje em dia muitos contratadores aceitam o funcionário fazer ‘hora extra’, mas não quer pagar devidamente”.* (8) *“Não acho certo (...) a hora extra”* (10).

A precariedade foi, inclusive, associada à escravidão. *“O trabalhador sofre com o trabalho escravo”* (7). *“Não acho certo (...) o trabalho escravo”* (10). Em consonância com essas reformas, o Brasil também vivencia um processo de enfraquecimento do ato de fiscalizar as situações de trabalhos análogos ao escravo. *“Hoje em dia não é muito comum de se ver o trabalho escravo. Embora tenha muitas casas. Esse trabalho escravo hoje em dia é mais frequente em fábricas grandes, constantemente fábricas de roupas”* (9).

O reconhecimento da precariedade nesta reforma esteve atrelado à constatação de que as mudanças trazem prejuízos significativos aos/às trabalhadores/as. *“Entendi que as mudanças nas CLTs irá afetar muito os trabalhadores.”* (5). *“Entendi que a reforma da previdência iria mudar a vida dos trabalhadores que trabalham muito e ganham pouco e que eles iriam ganhar mais dependendo do trabalho.”* (6). Este último posicionamento evidencia uma confusão entre a reforma na CLT e o processo de mudança nas leis da previdência, pois ambas estavam em curso no momento desta intervenção⁵.

A rejeição à reforma trabalhista também esteve relacionada às críticas ao Governo Bolsonaro, através das seguintes manifestações, postas logo após o posicionamento 2: # Elenão, # DitaduraNuncaMais, # ForaBoso⁶. Salienta-se que o Governo Bolsonaro, que representa o conservadorismo e a busca por interesses econômicos em detrimento de garantia de espaços democráticos e defesa de direitos, logo no início de seu mandato adotou medidas ainda mais prejudiciais aos/às trabalhadores/as, como a extinção do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência (MTE).

⁵ Posteriormente, em 12 de novembro de 2019, foi aprovada a emenda constitucional nº 103 com a definição de novas regras na previdência (BRASIL, 2019).

⁶ Trata-se de uma forma de comunicação difundida em redes sociais, chamada “*hashtag*”, as quais agrupam conteúdos publicados por diferentes pessoas que fizeram a divulgação a partir de um determinado termo.

Dos 10 posicionamentos, em apenas dois há negação da existência de precariedade nos trabalhos analisados por meio da entrevista realizada. *“No trabalho do meu pai não tem nada precario”* (4). No posicionamento a seguir, embora haja a afirmação de que não existe precariedade no trabalho analisado, há o reconhecimento de que o salário recebido é pouco. *“No trabalho da minha mãe não tem nada precario. Ela reclama muito porque recebe pouco”* (3). A renda, embora não seja o único, consiste num elemento revelador da qualidade do trabalho, através da qual o/a trabalhador/a pode acessar outros direitos, tais como alimentação, moradia, transporte etc.

Nos posicionamentos apresentados, constatou-se que o conhecimento a respeito do processo de alteração da CLT não foi difundido suficientemente, o que, embora não seja a única causa, contribuiu e tem contribuído para a fraca mobilização no país em torno da crítica a este projeto de fragilização das leis trabalhistas. *“Muitas pessoas ainda não sabem e compreende a mudança da CLT, não entendem as mudanças e se seriam benéficas ou maléficas para eles, tal como a pessoa entrevistadas [entrevistada]”* (1). *“Na entrevista percebi que têm pessoas que ainda não tem conhecimento das mudanças”* (5).

O conhecimento da precariedade, e a sua problematização, não são de interesse das elites, inclusive quando se defende a retirada de disciplinas como Sociologia da grade curricular das escolas. Este processo intencional de desconhecimento da classe trabalhadora contribui para a não efetividade de uma educação popular com potencial para que o indivíduo, a partir da conscientização de sua realidade, possa reivindicar uma mudança social no sentido de reduzir os processos de precarização laboral. Desse modo, fica cada vez mais notório que, ao invés de exceção, a precariedade tem se naturalizado, como se fosse uma regra.

Não se trata de defender que mudanças não possam ser efetivadas, mas que estas deveriam favorecer os direitos dos/as trabalhadores/as. *“Ouve [HOUVE] algumas mudanças na CLT que poderiam melhorar significativamente a qualidade de vida no ambiente de trabalho.”* (2). Esta reforma, mais bem dita como “contrarreforma” (DRUCK, DUTRA e SILVA, 2019), tem sido elaborada com base em uma defesa que usa, como subterfúgio, o discurso da modernização, bastante amparado em diferentes vias midiáticas, para convencer a população de que esta seria a melhor alternativa, inclusive para beneficiar as classes populares com a criação de mais empregos.

Embora tenha ocorrido uma discussão após a leitura de cada frase, o reduzido tempo da aula não permitiu que as reflexões trazidas pelos/as discentes fossem aprofundadas. O debate não pode ser retomado na aula seguinte porque era data de prova na escola; posteriormente também não foi possível devido à necessidade de cumprir o planejamento do plano de ensino da disciplina, no qual constava a obrigatoriedade de abordar outros conteúdos.

Ainda assim, os objetivos desta intervenção foram atingidos, pois, além de a maioria dos/as alunos/as ter realizado a entrevista, em grupo ou individualmente, o debate na sala de aula ocorreu de modo satisfatório, uma vez que houve integração entre o conteúdo do livro didático e o que eu tinha apresentado no primeiro dia da intervenção, incluindo o material distribuído (Figuras 1 e 2). Salienta-se que a professora também participou do debate e que esta atividade foi

integrada ao plano de ensino elaborado por ela para esta turma, tanto no que se refere à ministração de aulas quanto à composição das notas.

8. Considerações finais

Considera-se que essa intervenção, ao permitir o contato dos/as discentes com trabalhadores/as através de uma técnica de pesquisa, bem como propiciar a discussão dos resultados, possibilitou que os/as alunos/as atribuíssem maior significado à Sociologia em sua formação escolar. O estudo de um determinado processo de mudança social em curso, tal como o que foi realizado em relação à lei trabalhista, é uma experiência que possibilita o preparo acadêmico para estudar outras mudanças, por mais que cada uma dessas tenha suas peculiaridades.

Apresentar a CLT, em termos de seu processo de instituição e de suas principais transformações atuais, consistiu em um método que contribuiu ao entendimento do trabalho enquanto uma esfera importante no processo de socialização. Embora o trabalho seja algo habitual no convívio desses/as estudantes, considerando que membros próximos de sua família façam parte da classe trabalhadora, é comum que sua dinâmica seja naturalizada, sem que o processo de precarização possa ser visualizado.

Portanto, debater sobre diferentes aspectos que compõem o cenário da precariedade laboral possibilita a construção de raciocínio crítico acerca da realidade em que se está inserido, o que consiste num dos objetivos primordiais para a inserção da sociologia na grade curricular. Dentre o caleidoscópio de possibilidades de expressão da precariedade no mundo do trabalho, os/as estudantes identificaram a baixa remuneração, o não cumprimento do direito de férias, a assistemática e prolongamento da jornada laboral, o não pagamento devido às horas extras trabalhadas, a não garantia de um ambiente seguro para as mulheres grávidas trabalharem.

Este sucateamento nas relações trabalhistas foi, inclusive, associado ao contexto político macro em que o país se inclinava à defesa mais aberta de posturas contrárias aos diretos dos/as trabalhadores/as, sob o estímulo de um presidente eleito através de promessas que iam justamente nesta direção.

Este cotidiano, permeado pela realidade de trabalhos e trabalhadores/as, pôde ser acessado por meio da entrevista, enquanto uma técnica de acesso à realidade, numa dinâmica em que os/as estudantes puderam vivenciar o processo de construção de conhecimentos. Desse modo, a importância desta intervenção consiste em se ter facilitado aos/às discentes o acesso a uma forma de aprendizado diferente das que estavam habituados/as, ou seja, conhecer mediante a pesquisa.

Através dela, os/as estudantes articularam os dados empíricos com a discussão sociológica da precarização. A perspectiva avaliativa, nesta intervenção, priorizou o trabalho grupal, por considerar que este método facilita o processo de aprendizagem, mediante estímulos da ZDP (VYGOTSKY, 1991).

Esta intervenção também serviu para compreender as dificuldades de executar o planejamento para uma aula diante de inúmeros empecilhos que podem emergir no ambiente escolar. Nesse caso, o/a professor/a precisa saber lidar com

esta situação e se esforçar para não comprometer o processo de *ensinagem*, o qual consiste num enorme desafio quanto se trata de um contexto em que a desmotivação para o aprendizado é um elemento que insiste em se presentificar.

Durante esta intervenção, e nos encontros que a precederam, por diversos momentos ficou notório o ímpeto dos/as alunos/as para estarem em uma posição apartada do processo de *ensinagem*, sem que houvesse esforço para esconder a realidade de que frequentam a escola por obrigação e que, portanto, buscam cumprir o mínimo de exigência para concluir esta etapa escolar. Esta postura não colaborativa é adensada pelo conjunto formado pelas precárias condições estruturais do espaço escolar, pela desmotivação dos/as professores/as e demais funcionários/as advinda dos baixos salários e pelo pouco (ou nenhum) estímulo na família para os estudos.

Portanto, o processo simultâneo de ensinar e aprender, nesse contexto adverso, demanda formações e reflexões constantes por parte de professores/as e gestores/as, inclusive incluindo o/a discente nesse processo de refletir sobre o currículo escolar, as metodologias adotadas e todas as demais atividades realizadas na escola.

Referências

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo; ALVES, Leonir Pessate. (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 3.ed. Joinville: Univille, 2004.

ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição. Londrina: **Praxis**. Bauru: Canal 6, 2007.

ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**: volume único: ensino médio. 2. Ed. São Paulo: Scipione, 2016.

BENTO JR., Gilberto. As 10 mudanças mais importantes da Reforma Trabalhista. **Canaltech**, 21 jul. 2017. Disponível em: <https://canaltech.com.br/carreira/as-10-mudancas-mais-importantes-da-reforma-trabalhista-97628/>. Acesso em 20 mar. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc103.htm. Acesso em 16 mai. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.467 de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em 15 de março de 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *Marcha acelerada (1930-1964)*. In: CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do Salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. Del concepto ampliado de trabajo al de sujeto laboral ampliado. In: _____. **Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **La metodología configuracionista para la investigación social**. Ciudad de México: Gedisa Editorial, Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 2018.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 68, p. 289-305, mai./ago., 2019. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/30518>. Acesso em: 02 out. 2020.

FILGUEIRAS, Luiz. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do Modelo Econômico. In: MASUALDO, B.; ARCEO, E. (Org.) **Neoliberalismo y sectores dominantes – tendências globales y experiências nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 179-206.

FONTANA, Andrea; FREY, James. The Interview: From Structured Questions to negotiated text. In: DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna. **Collecting and Interpreting Qualitative Materials**. Thousand Oaks/London/New Dheli: Sage Publications, 2003.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOHN, Maria da Glória. A construção da cidadania coletiva no Brasil. In: 18ª REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 1994, Caxambu. **Anais [...]**, 1994. Disponível em:

<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/18-encontro-anual-da-anpocs/gt-17/gt01-9/7390-mariagohn-construcao/file>. Acesso em: 10 out. 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. (5) 1995: pp-07-41.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. In: **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1989.

JUSBRASIL. Reforma trabalhista é aprovada no Senado; confira o que muda na lei. **Jusbrasil**, 12 jul. 2017. Disponível em: <https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/477395550/reforma-trabalhista-e-aprovada-no-senado-confira-o-que-muda-na-lei>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder**: crítica ao senso comum em educação. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: A política social na ordem brasileira. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

VYGOTSKY, Lev. **A Formação Social da Mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Recebido em: 12/11/2020

Aceito em: 25/01/2021